

Memória e identidade segundo Candau

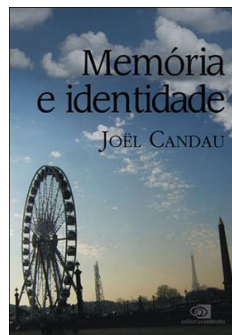
Letícia Matheus

CANDAU, Joël (2011).

Memória e identidade.

Tradução: Maria Leticia Ferreira.

São Paulo: Contexto, 2011, 219p.



Resumo: A identidade como um estado psíquico e social e a memória como uma faculdade individual e um conjunto de representações coletivas são o foco geral desta obra. O autor colabora para o estudo das relações entre memórias individuais e coletivas. Ele decompõe o conceito de memória em três níveis: protomemória, memória de evocação e metamemória, além de diferenciar as memórias fortes e fracas. A memória forte é aquela estruturante de identidade, capaz de organizar sentido. Já a debilidade da memória se deve à gradativa transformação dos grupos e diluição de seus quadros sociais de memória.

Palavras-chave: identidade (psicologia); memória; psicologia social

Abstract: Memory and identity according to Candau. Identity as a mental and social state and memory as an individual faculty and a set of collective representations compose the general focus of this work. The author collaborates for the study of relations between individual and collective memories. He decomposes the concept of memory in three levels: protomemory, evocation memory and metamemory, and distinguishes strong from weak memories. The strong memory is the one that structures identity and that is able to organize sense. The memory weakness is due to the gradual transformation of the groups and gradual dilution of their memory social frames.

Keywords: identity (psychology); memory; social psychology

Finalmente publicada no Brasil pela Editora Contexto, a consagrada obra do antropólogo Joël Candau, da Universidade de Nice Sophia Antipolis, também diretor do Laboratório de Antropologia e Sociologia Memória, Identidade e Cognição Social (Lasmic), *Memória e Identidade* tornou-se referência fundamental nas ciências sociais, principalmente para aqueles que trabalham com os dois conceitos e as relações entre memórias individuais e coletivas. O livro é rico em explicações sobre as relações que se estabelecem entre as várias dimensões da memória na construção das identidades.

Trabalhando uma diversidade de conceitos, tais como “mnemogênese”, “memogênese”, “iconorreia”, “retórica holística”, “totalização existencial” e “memória organizadora”, entre outros, Candau estabelece diálogo com o historiador Pierre Nora, com o sociólogo Maurice Halbwachs e com o filósofo Paul Ricoeur sobre lugares de memória, memória coletiva, quadros sociais de memória, memória justa, tradição e tradicionalidade. Seus argumentos e conceitos também são tributários de Pierre Bourdieu.

Nesta obra, Candau diferencia o que chama de memórias fortes e fracas e distingue a memória a partir de três qualidades. Desde a publicação original francesa de *Memoire et Identité*, em 1998, pela Presses Universitaires de France, o autor tem sido reconhecido, principalmente, por sua contribuição na decomposição do conceito de memória nos níveis da protomemória, da memória de evocação e da metamemória.

Em uma primeira análise, a protomemória poderia ser confundida com o *habitus* de Bourdieu (2009), impressão que nasce da aproximação mesma que Candau estabelece ao afirmar que o *habitus* depende da protomemória (CANDAU, 2011, p. 22). Ela é a memória social incorporada, tal como se expressa, por exemplo, nos gestos, nas práticas e na linguagem, cujo exercício é realizado quase automaticamente, sem um julgamento prévio (“quase sem tomada de consciência”, p. 23).

Ainda lançando mão de uma categoria de Bourdieu (2009), a protomemória seria o próprio senso prático, segundo o qual o passado não chega sequer a ser representado, porque já agiria no corpo. O vocabulário é o mesmo de Bourdieu: O passado “está presente agindo nas disposições” que produziu nos corpos (CANDAU, 2011, p. 23). O passado está agindo por “dispositivos e disposições inscritas no corpo.” (ibid., p. 119). Ora, sabe-se que, para Bourdieu (2009, p. 87), *habitus* “são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações (...)”.

O segundo tipo de memória descrito por Joël Candau é a memória propriamente dita. Trata-se da evocação ou recordação voluntária. Ela possui extensões, como os saberes enciclopédicos, as crenças, as sensações e os sentimentos, que se beneficiam da cultura de memória que promove sua expansão em extensões artificiais.

Finalmente, a terceira memória, chamada de metamemória, constitui-se naquela forma de memória reivindicada a partir de uma filiação ostensiva. Esta última diz respeito à construção identitária. É a representação que fazemos das próprias lembranças, o conhecimento que temos delas. Aqui, Candau ajuda a eliminar qualquer possibilidade

de compreensão simplista da memória coletiva de Halbwachs (1990), conceito às vezes atacado como abstração vazia, sem referência a qualquer realidade concreta.

Além disso, o texto de Candau constitui uma defesa de Halbwachs em sua polêmica com o sociólogo e o historiador Marc Bloch, que, ainda em 1925, época do lançamento de *Les cadres sociaux de la mémoire*, escreve uma resenha apontando algumas fragilidades do conceito de memória coletiva e criticando a distinção que Halbwachs fazia entre memória e história. Candau desenvolve a relação entre essas duas operações narrativas que obedecem a princípios particulares (RICOEUR, 2007, 1996). Para ele, a história é filha da memória (VEYNE *apud* CANDAU, 2011, p. 133) e pode ou não legitimar o que a memória funda. Todo historiador participa da construção da memória e nela se encontra enredado, embora deva, por princípio de ofício, permanecer vigilante contra ela.

De certa forma, Candau aperfeiçoa o conceito de memória coletiva ao reduzir a possibilidade de confusão entre memórias individuais e coletivas, angústia que pode eventualmente surgir para alguns pesquisadores. Ele soluciona o problema propondo que as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, constituem faculdades individuais, logo, não podem ser compartilhadas. Para ele, só a terceira memória, a metamemória, aquela que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória.

Por vezes, a ideia de ação parece diluída em seu conceito de metamemória, já que Candau reserva a qualidade prática às duas primeiras memórias, exclusividade que poderia ser questionada, inclusive pelo modo como o autor empregará o conceito de metamemória no final do livro. Para ele, a representação de memória é entendida como “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo” (p. 24).

Entretanto, no capítulo “O jogo social da memória e da identidade - fundar, construir”, que trata da comemoração, dos lugares de memória entre outras práticas de memória, Candau destaca o caráter prático dessa faculdade, até mesmo quando se refere ao patrimônio, sobre o qual afirma: “O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma” (p. 163).

Outra importante contribuição desta obra é a distinção entre memória forte e fraca. Em alguns momentos, o autor parece buscar uma suposta coerência nela própria, como quando define a memória forte como uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda” (p. 44), que organiza o sentido. Esse tipo de memória seria mais facilmente encontrado em grupos pequenos. Essa busca parte de sua necessidade de criar um parâmetro que lhe permita classificá-la como forte ou fraca, mas, de certa forma, ela reduz o relevo das disputas internas, o que pode ser mais interessante para muitas pesquisas.

Já a memória fraca não possuiria contornos bem definidos, seria difusa e superficial, e, por isso, dificilmente compartilhada pelos indivíduos. Segundo o autor, esse tipo de memória corre o risco de ser desorganizadora de sentido e contribuir para a desnaturalização de um grupo. Entretanto, é possível questionar se as memórias fortes também não poderiam desorganizar sentidos, na medida em que limitam a pluralidade de lembranças.

Em resumo, a distinção entre uma e outra reside no fato de que a memória forte se caracteriza pela capacidade de estruturar os grupos humanos. Ou, para lembrarmos Bourdieu, mais uma vez, funcionaria como uma “estrutura estruturante”, segundo a relativa margem de manobra identitária das pessoas dentro daquele conjunto de lembranças (CANDAU, 2011, p. 125).

De modo mais exato, a memória forte seria estruturante de identidade, capaz de organizar sentido naquilo que o autor chama de “retórica holística”, o que pode ser interpretado como o que chamamos comumente de “grandes narrativas”. Já a debilidade da memória se originaria da gradativa transformação dos grupos, conforme seus quadros sociais de memória (HALBWACHS, 1925), que sustentam as memórias fortes.

Do lado da identidade, Candau explica que o conceito se refere a um estado e que, a rigor, ele não poderia ser aplicado nem ao indivíduo, nem muito menos a um corpo social (p. 25). Segundo ele, os estados mentais são incomunicáveis e nada pode ser observado pelos sujeitos simultaneamente (p. 36). Por isso, a transmissão de lembranças não promove necessariamente os mesmos sentidos, isto é, a correta comunicação da memória não garante que ela seja compartilhada, questão esta levantada por Bloch (1998), preocupado com a correção ou não na transmissão das memórias. Assim, ele afirma ainda, que nem sempre a memória social chega a tornar-se efetivamente coletiva.

Duas ancoragens em torno das quais se fundam identidades são a origem e o acontecimento, às quais Candau se refere como “pedras numerárias” (p. 95). A lealdade ao passado, marcado por essas âncoras, naturaliza a comunidade pelo lado positivo e dificulta sua transformação, e, por outro lado, elas funcionam como instrumentos que ratificam a filiação a certas identidades a partir da escolha dos fundamentos históricos a essas identidades. Há uma espécie de pedagogia acerca das origens (p. 98) que deverá compor a identidade narrativa dos sujeitos e que assegure a estrutura identitária do grupo (p. 99). Portanto, Candau reconhece na origem e nos acontecimentos as principais balizas temporais segundo as quais os processos identitários (a identificação) são possíveis.

Entretanto, a “existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (p. 35). Por outro lado, os ancoradouros de memória são importantes para “delimitar uma área de circulação das lembranças” (p. 35).

Por esse motivo, o autor se preocupa com os processos de sociabilização de memória ou, como diz, com a memória em expansão. Como ocorre o contágio de ideias?, pergunta-se. Nesse momento, encontram-se algumas referências aos meios de comunicação. O antropólogo nos chama a atenção para o fato de que a memória artificial não produz laços sociais (p. 115): “Nas sociedades modernas, a transmissão de uma boa parte da memória é mediatizada” (p. 110). E critica o que chama de “verborreia” dos nossos sistemas de comunicação (p. 113), que, segundo ele, produzem uma “iconorreia”.

A profusão de informação oferecida e a velocidade com que as sociedades produzem traços têm como consequência uma “onda memorial” (p. 112): a tendência à patrimonialização de tudo e o arquivamento obsessivo.

Para ele, no fundo, a cultura do armazenamento reflete o “medo mórbido de escolher” (p. 113), o que produziria uma paralisia. Para se desenvolver, é necessário ser capaz de descartar o passado. A essa memória artificial derivada da “iconorreia” midiática corresponderia um certo tipo de esquecimento. Candau entende o papel dos esquecimentos na construção da memória de diferentes modos. O que ele chama de “esquecimentos tradicionais” seriam aqueles capazes de vincular os indivíduos ao presente e funcionarem como fator fundamental na criação de identidades culturais. Já os esquecimentos contemporâneos, provocados pela “iconorreia” (ou “desmemória”), provocariam “uma desconexão social” e consequente perda identitária (p. 131).

Já quanto aos projetos de memória, o autor admite que, embora não existam grupos fechados, o que significa que os enunciados estão sempre submetidos a um julgamento e correm o risco de germinar a dúvida, esses projetos ameaçam desnaturalizar os acontecimentos (p. 42). O verbo “desnaturalizar” parece ter sido aqui empregado no sentido de esvaziar o acontecimento de sentidos fortes que funcionem para o vínculo identitário de um grupo. Esses projetos são reivindicações de autoridade sobre as lembranças. Porém, a autoridade das lembranças e a autoridade de quem lembra só poderão ser medidas por sua capacidade de conferir real sentimento de compartilhamento.

Referências

- BLOCH, M. (1998). *História e historiadores*: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema.
- BOURDIEU, P. (2009). *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes.
- CASADEI, E. B. (2010). Maurice Halbwachs e Marc Bloch: em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda.
- HALBWACHS, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- RICOEUR, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- _____. (1996). *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas (SP): Papius.

Letícia Cantarela Matheus é doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense, professora no Centro Universitário Plínio Leite (Unipli).

leticia_matheus@yahoo.com.br